

# \*PROJETO DE LEI N.º 2.536, DE 2011

(Do Sr. Andre Moura)

Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1994 e dá outras providências.

#### **DESPACHO:**

DEVIDO AO ARQUIVAMENTO DO PL 704/1995 NOS TERMOS DO ART. 105 DO RICD, DESAPENSE-SE DO PL 704/1995 O PL 541/2007, O PL 871/2007, O PL 2617/2007, O PL 3188/2008, O PL 3394/2008, O PL 2536/2011, O PL 2994/2011, O PL 7675/2014, O PL 6979/2017, O PL 8022/2017, O PL 9354/2017 E O PL 5427/2019, E, EM SEGUIDA, APENSE-OS AO PL 823/2003.

## **APRECIAÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

(\*) Avulso atualizado em 23/2/23, em virtude de novo despacho.

# PROJETO DE LEI N.º DE 2007 (Do Sr. André Moura)

Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1994 e dá outras providências."

### O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º- Os artigos 28 e 29 da Lei 7.210, de 11 de julho de 1994, passam a vigorar com a seguinte redação, renumerando- se os demais:
"Art. 28. O trabalho obrigatório do condenado, como dever social e condição de dignidade humana, terá finalidade produtiva e educativa.
§ 1º § 2º § 3º - Só terá direito ao sistema de progressão de pena o condenado que se adequar ao caput deste artigo.
"Art. 29 – A remuneração do presidiário terá como média o salário mínimo.
<ul> <li>§ 1º – 50% da remuneração deverá ser para custear a família da vítima de homicídio ou para a própria vítima em caso de invalidez total permanente.</li> <li>§ 2º - 25% da remuneração deverá ser para os custos do estado com a prisão.</li> <li>§ 3º - 25% da remuneração deverá ser paga aos herdeiros legais do preso.</li> </ul>

Art. 2º - O Governo tem até dois anos para se adequar ao prescrito

desta Lei.

Art. 3 º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSTIFICAÇÃO** 

O trabalho do preso, previsto na Lei de Execução Penal, tem como

meta preparar o condenado para sua reintegração à sociedade, em condições

de prover o seu sustento, e preservar a sua dignidade por meio do trabalho.

O trabalho deveria ser um direito e acima de tudo um dever do preso, o

que é de grande valia para o processo de humanização que consiste no

respeito aos direitos humanos, na adequação e manutenção do

estabelecimento penal aos padrões e a ressocialização do preso. O trabalho

serve de terapia ocupacional e evita a ociosidade.

É por isso que o objetivo da ressocialização do preso e a diminuição da

criminalidade se torna necesssário, no qual visa buscar meios, a fim de

desenvolver atividade pelo condenado, onde consiste na melhoria das

condições de estrutura e higiene do estabelecimento penal, bem como na

implantação do apenado para que se torne apto a desenvolver uma atividade

econômica lícita e idônea.

Esta proposição tem como objetivo tentar reparar o ato criminoso dos

presos com a família da vítima e minimizar o custo de sua prisão ao estado.

Para tanto, contamos com o apoio de nossos ilustres pares na

aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em de outubro de 2011.

Deputado André Moura

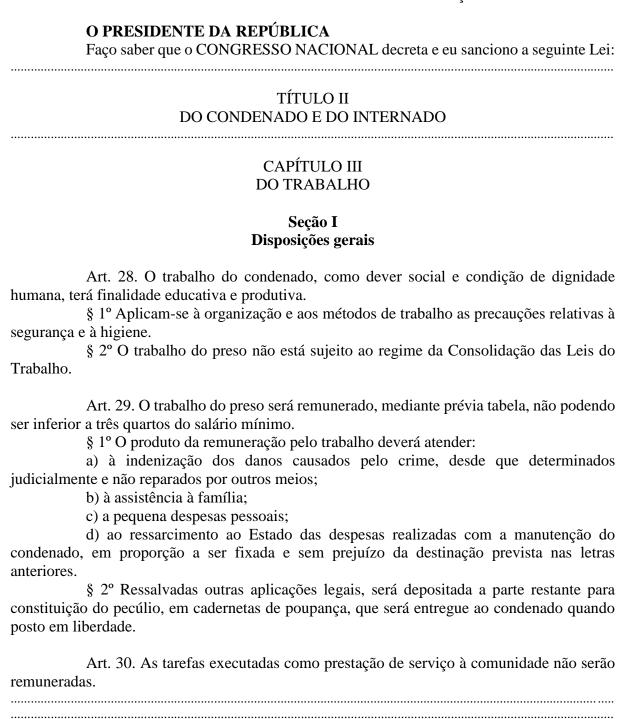
PSC/SE

3

### LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI

#### LEI Nº 7.210, DE 11 DE JULHO DE 1984

Institui a Lei de Execução Penal.



**FIM DO DOCUMENTO**